

**AO EXMO. SR. PREGOEIRO DE ITAIPU**

**SETOR DE LICITAÇÕES**

**Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL Nº NF 0246-21  
PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**A ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA EPP**, por meio de seu representante legal abaixo assinado, vem, perante Vossa Excelência, com fundamento no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, a fim de **IMPUGNAR** os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

**1 – Da Admissibilidade.**

A impugnação apresentada é própria e merece ser conhecida pelos motivos abaixo transcritos. O seu provimento é um imperativo de fato e de direito, em razão de irregularidades constantes no Edital, que inviabilizam a plena participação de concorrentes na Licitação em comento.

**3 – Das Razões de Impugnação / Das Condições para Participação na Licitação**

**3.1 – IMPUGNAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA**

A empresa, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com o **PRAZO DE ENTREGA INVIÁVEL** conforme solicitado no Anexo I – Especificação Técnica, “PRAZO DE ENTREGA/FORNECIMENTO Em até 30 (trinta) dias a partir da comunicação, por ITAIPU, da composição da grade de tamanhos.”

Ressaltamos que, para atender ao objeto do edital em pauta, bem como os itens do certame, uma vez que tratamos de quantidades significativas, onde parte das empresas não detém destes materiais em estoque, beneficiando quem assim o tivesse e **RESTRINGINDO A AMPLA PARTICIPAÇÃO** no certame, que por sua vez é contra a Lei de licitações, o prazo para a concretização da confecção e entrega seria de no mínimo 90 (noventa) dias.

Ademais, por se tratar de produto importado, que demanda tempo para fabricação e importação, cabe ainda ressaltar que os impactos causados pelo coronavírus (COVID-19) na sociedade com um todo, impacta diretamente nas atividades econômicas, atividades estas que são ordinariamente objeto de relações contratuais.

Sendo assim, em decorrência das medidas contra o Coronavírus (COVID – 19) em vários países, está evidenciado que não há como garantir o cumprimento dos prazos de entrega, pois as fábricas adotaram medidas a fim de tentar reduzir os impactos da pandemia determinando, em sua grande maioria, a suspensão temporária do trabalho ou em sua minoria a continuidade do trabalho, porém em escala bastante reduzida.

Além dos prejuízos na produção existe ainda o prejuízo na distribuição e entrega desses materiais.

Essas entregas dentro do prazo estão afetadas também devido a transportadoras estarem encontrando dificuldades em consequência da diminuição ou mesmo falta de voos, diminuição da quantidade de empregados alocados nas atividades de distribuição de objetos e até mesmo suspensão parcial ou total das entregas.

Com relação às importações, em alguns casos a carga está com encaminhamento comprometido desde a origem.

O que a Impugnante deseja, assim como a grande maioria dos licitantes, é oferecer produto que atenda as exigências do edital na intenção de suprir a necessidades do solicitante.

Uma flexibilização maior no prazo para a entrega dos produtos viabilizaria a participação de várias empresas que possuem condição de fornecer o objeto do certame com a mesma qualidade e preços acessíveis para a Administração, mas que necessitam de um prazo maior para a entrega dos produtos

**Conforme ensina Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 28a ed., Malheiros, p. 264), "O DESCUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS, DESCARACTERIZA O INSTITUTO DA LICITAÇÃO E, PRINCIPALMENTE, O RESULTADO SELETIVO NA BUSCA DA MELHOR PROPOSTA PARA O PODER PÚBLICO".**

Como é cediço, então, o objetivo da licitação é possibilitar a participação do maior número de licitantes de todo território nacional como forma de fomentar a competitividade, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, o edital deve estabelecer um prazo razoável para a entrega das mercadorias licitadas como forma de ser respeitado o Princípio da Livre Concorrência.

#### 4. DO PEDIDO:

**- Solicitamos que o prazo de entrega seja de no mínimo 90 (noventa) dias.**

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta Impugnante, requer, com sucedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, **o recebimento, análise e admissão desta peça**, para que o ato convocatório seja suspenso até que se normalize o edital. Nestes Termos, pede deferimento.

Florianópolis, 20 de abril de 2021.



**ALENCAR MASSULO SILVESTRE**  
CPF 549.827.239-15  
Sócio-Proprietário